

Carnaval do *Ntuduru*: diversidade cultural e identidade nacional

LARISSA OLIVEIRA E GABARRA E SALOMÃO MOREIRA FOCNA

Resumo: Esse trabalho objetiva compreender o papel do carnaval na construção da identidade nacional guineense. O carnaval é um espaço de sociabilidade em que as representações dos bens culturais (materiais e imateriais) da Guiné-Bissau são exibidas de forma livre e espontânea, mas também são pautadas por um incentivo nacional. A partir deste ponto de vista, acredita-se ser o carnaval um espaço por excelência de cristalização da identidade nacional em Guiné-Bissau, carregada de uma perspectiva política.

Palavras-chave: Carnaval. Guiné-Bissau. Identidade nacional.



Ntuduru Carnival: Cultural diversity and national identity

LARISSA OLIVEIRA E GABARRA

Professora doutorada do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IH - UNILAB). Áreas de atuação: História da África e educação étnico-racial. E-mail: larissa.gabarra@unilab.com

SALOMÃO MOREIRA FOCNA

Licenciado em Sociologia pela Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IH - UNILAB). Áreas de atuação: Sociologia e História. E-mail: salo.focna@gmail.com

Abstract: This study aims to understand the role of carnival in the construction of the Guinean national identity. Carnival is the social space where representations of cultural assets (tangible and intangible) of Guinea-Bissau are displayed in free and spontaneous form, yet also guided by a national incentive. We argue that carnival is a place *par excellence* for crystallization of national identity in Guinea-Bissau, loaded with a political perspective.

Keywords: Carnival. Guinea-Bissau. National Identity.

RECEBIDO: 03/08/2019

APROVADO: 21/10/2019

1 Introdução

A diversidade cultural de um pequeno país gigantesco
(Andrzej Kowalski)

Neste trabalho, temos como objetivo compreender o papel do carnaval na construção da identidade nacional guineense. O carnaval é a maior manifestação cultural em Guiné-Bissau, é o lugar onde as expressões culturais e artísticas de diversos grupos étnicos do país são elevadas ao mais alto nível da cultura nacional. É o espaço em que a representação dos bens culturais (materiais e imateriais) da nação são exibidos de forma livre e espontânea ou são elaborados para a participação no concurso do carnaval. Nesse sentido, procuramos compreender o lugar do carnaval na constituição da identidade nacional da Guiné-Bissau pós-independência.

A nação guineense, como um fenômeno imaginário, é uma das bases que sustenta o Estado, cristaliza a identidade e a unidade nacional mesmo em uma situação de instabilidade política.

O termo identidade é usado para descrever a diferença ou a similitude entre os indivíduos e se constitui de forma dialética entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, os indivíduos criam as suas identidades por meio de confrontos e convivência. Para Cahen (2001, p.129), “o processo de produção da identidade é uma ‘invenção’ permanente à uma trajetória”. Assim, as experiências pessoais vão criando um arcabouço cultural que consolida as várias identidades que o sujeito pode adquirir durante a vida. A identidade é um produto social que, muitas vezes, se estabelece de forma complexa e conflituosa, sem nunca chegar a se consolidar. Conforme Stuart Hall (2006), a identidade é fluída e depende das situações sociais do indivíduo, para que ele se afirme ou seja inserido no grupo. A identidade está relacionada aos valores, às crenças, aos objetivos de vida do indivíduo e a sua aplicabilidade tem a ver com a relação do indivíduo com a sociedade. Portanto, a identidade é um processo que está sempre em construção.

No entanto, a identidade de uma nação ganha diferentes formas dependendo do projeto nacional, pois:

A nação é uma comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo (HOBSBAWM, 1990, p. 28).

A Guiné-Bissau se tornou simbolicamente uma nação em 24 de setembro de 1973, quando conquistou a sua independência de Portugal. No entanto, isso não significa que sua identidade como Estado não estivesse sendo forjada, de certa forma, pelas influências culturais e normativas portuguesas, pois era integrada como província ultramarina à metrópole¹. Na Guiné-Bissau, como muitos dos países africanos, há uma grande variedade de grupos étnicos (de cerca de 30 etnias):

Estes grupos étnicos são: os Baiotes, os Balantas, os Banhuns, os Bijagós, os Brames ou Mancanhas, os Cassangas, os Felupes, os Fulas, os Mandigas, os Manjacos, os Nalus e os Papeis. Existem outras pequenas minorias étnicas sem significado democrático ou em viés de extinção enquanto grupo étnico distinto. Verificam-se, entre outros: os Bagas, os Bambaras, os Conháguis, os Jacancas, os Jaloncas, os Landumas, os Padjadincas, os Quissincas, os Saracolés e os Sossos (DJALÓ, 2013, p. 21).

Os fatores migratórios, tais como as guerras e o colonialismo, em certa medida, contribuíram para que ocorressem mudanças sociais e culturais entre esses povos. Atualmente, os grupos étnicos que existem no território nacional possuem diferenciação nas práticas culturais, assim como nas organizações sociais, religiosas e econômicas. “Apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos, com suas culturas próprias, suas línguas, em grande parte muito diferentes umas das outras” (AUGEL, 2007, p. 76).

1 A Guiné-Bissau, hoje, é um pequeno país da Costa Ocidental da África, que faz fronteira ao norte com a República do Senegal, ao leste e ao sul, com República de Guiné-Conakry e, a oeste, com o Oceano Atlântico, perfazendo uma superfície de 36.125 km².

Essas diferenças são visíveis em manifestações culturais diversas, como é o caso do carnaval e da *mandjuandadi*.² O carnaval é um lugar privilegiado de observação da identidade étnica e do projeto nacional bissau-guineense. Podem ser percebidos vários costumes ancestrais no desfile, tratado como expressão cultural, e brincadeiras criadas propriamente para o carnaval, tais como: rituais de adoração aos deuses; cerimônia de iniciação; cerimônia de casamento; toca *tchuru*; momentos de colheita etc.

O carnaval de Guiné-Bissau não tem uma única origem étnica, ele é classificado como uma festa nacional. É conhecido como Carnaval do *Nturudu*, palavra que designa uma máscara gigante, mas que também tem os sentidos de feio ou assustador, no cotidiano. O *Nturudu* no carnaval é uma das grandes atrações da festa, pois além de participar da oficialidade do folguedo, ela traz a brincadeira para o expectador.

Figura 1: Nturudu



Fonte: Direção-geral... (2018).

Na Guiné-Bissau, o carnaval passou a exercer uma função dentro do projeto nacional, servindo para a construção da identidade nacional. O Estado guineense promove anualmente o concurso de desfile de carnaval, possibilitando que exista, no ceio dos vários grupos sociais e étnicos, uma memória coletiva bissau-guineense

2 *Mandjuandadi* é a palavra usada para se referir a associações permanentes, sistematicamente organizadas, ou a rede de famílias, vizinhos, colegas e amigos frouxamente organizadas (KOHL, 2011). *Manjuandadis* caracteriza o modo de sociabilidade com base nos princípios de assistência mútua e da solidariedade, os seus membros predominantemente femininos, estimulam relações amigáveis, em que as pessoas se divertem, bebem e comem juntas.

que dá significado de pertencimento às diferenças em um mesmo corpo social. Para Gilberto Velho (1994), o projeto e a memória articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade.

Portanto, se o projeto e a memória individual constituem a identidade social do indivíduo, podemos pensar que também são amarras fundamentais para a construção da identidade nacional. Se a identidade social do indivíduo coincide com a identidade nacional, temos a estratégia perfeita para a manutenção do amálgama cultural do país. O Estado, então, promove condições que forjam memória e projetos comuns, constituindo uma única nação. No caso da Guiné-Bissau, os povos guineenses, por conta da trajetória comum imposta pelo colonialismo português, puderam reconstruir suas identidades pós-independência, ainda que limitadas às fronteiras coloniais e à línguas oficiais, o português e o crioulo.

O carnaval, portanto, é usado pelo governo da Guiné-Bissau como um dos instrumentos para construir a identidade nacional, ainda calcada em algumas regras estruturais da ideia de boa governança ocidental, mas num processo de (re)construção e (re)elaboração desta memória comum. O carnaval como uma das maiores expressões culturais bissau-guineenses é parte da construção da identidade coletiva, pois, de algum modo, a trajetória histórica, a memória comum e o projeto nacional consolidam seu imaginário. Assim, o carnaval é visto, no senso comum, como o espaço da união dos povos guineenses.

2 Metodologia

A metodologia que utilizamos para a realização deste artigo se baseia na descrição densa proposta por Geertz (2008), em que se procura observar os símbolos da festa de carnaval dentro do contexto nacional. A finalidade da descrição densa é o relato, fruto de uma observação minuciosa das estruturas significantes do ritual, com intuito de torná-las cientificamente eloquentes às simples ocorrências. A descrição densa objetiva tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, empenhando-as em especificações complexas (GEERTZ, 2008).

Para Geertz (2008), o estudo da cultura é uma ciência interpretativa, a procura de significados. Neste sentido, a investigação de uma determinada cultura implica a compreensão dos significados, que só podem ser buscados na ação social. Como sistemas entrecruzados de signos interpretáveis, a cultura não é algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual as expressões são entendidas como símbolos que podem ser descritos de forma inteligível, ganhando signos sociais (GEERTZ, 2008). É nessa perspectiva que os rituais, as celebrações, as divisões, as diversidades, as descontinuidades, as cores, os acessórios do *Nturudu* foram observados, relatados – descritos – e interpretados como símbolos do carnaval e signos sociais da cultura nacional da Guiné-Bissau.

Muitas das observações do carnaval foram feitas quando um dos pesquisadores desse artigo ainda morava em Bissau, capital da Guiné-Bissau. Lá, ele teve o privilégio de vivenciar, a cada ano, as festividades. No período de carnaval, aumenta o número de pessoas na cidade de Bissau e é de costume a chegada dos grupos do interior, para participarem do concurso. Ele acompanhava os grupos dos bairros da cidade nas preparações para o concurso, tanto na escolha das danças e das cores, quanto nos rituais que iriam representar no carnaval. Ele também chegou a observar, algumas vezes, a confecção de *Nturudo*. O Carnaval era parte da agenda do ano da infância desse pesquisador, até que ele se mudou para o Brasil. Atualmente estudando na UNILAB, que é uma universidade internacional e contém um número considerável de conterrâneos seus, esse pesquisador, em certa medida, contou com a contribuição deles para a realização desse trabalho, na medida em que pode visitar várias das cerimônias e dos rituais, por meio das conversas, assim como pode (re)construir lacunas da descrição densa dessa festividade nacional.

De forma semelhante, fundamentamos essa pesquisa em documentos escritos e bibliografias, tais como jornais locais e nacionais, artigos acadêmicos, teses etc. É preciso fazer um trabalho de crítica ao documento, tanto as fontes escritas quanto as orais. Pensar quem produz as fontes, quais as suas intenções, quando e onde a produziu é importante para poder entender as entrelinhas

– o não dito – e também o contexto da documentação. A partir dessa análise, é importante submetê-las a confrontações entre si, interpretando o objeto em si.

3 Concurso de carnaval

O carnaval é de origem europeia, mas na Guiné-Bissau assume uma característica singular. Na Guiné-Bissau, as festas de carnaval costumam ser bastante populares. Para Justine Guillet (2014, p. 01), “o carnaval na Guiné-Bissau é uma mistura das identidades social, cultural e artística, nela comemora-se a união entre todas as etnias do país e, ao mesmo tempo, as diferenças culturais entre elas”. O carnaval é um momento peculiar no país, em que se pode encontrar diferentes práticas culturais de diversos agrupamentos familiares, de vizinhanças, de jovens ou mesmo étnicas sistematizadas, evidenciando tradições ou simplesmente expostas pela espontaneidade do brincante.

A manifestação popular do carnaval é verificada também nas oito diferentes regiões do país: Bafatá, Gabú, Cacheu, Biombo, Tombali, Quinará, Oio e Bolama, divididas em 38 setores, incluindo o Setor Autônomo de Bissau (M'BUNDE, 2018). É um momento em que se fala da exaltação e do fortalecimento das culturas nacionais, afinal, é um momento de demonstração da diversidade cultural do país. De certo modo, o carnaval cria uma identidade coletiva, por meio das práticas sociais, artísticas e musicais que incentivam toda população a participar no mesmo momento, voltados para a mesma exaltação e celebração das tradições populares e locais. Evidentemente, o carnaval proporciona, no seio dos guineenses, um momento único: há um incentivo às pessoas para esquecerem os problemas, as diferenças sociais, étnicas e religiosas. O carnaval, como festa da carne, em oposição à quaresma, tem o poder de inverter as regras sociais vigentes e de criar um espaço profano e de liberdade, mesmo que momentâneo, para fazer a crítica ao governo relacionados aos problemas que atingem o cotidiano social e para praticar a competição entre os grupos de forma lúdica; e principalmente, um espaço de sociabilidade, de desabafo, em que se fala de paz, de justiça, de educação, de desenvolvimento e de unidade. Assim, as manifestações populares

entram no jogo da brincadeira, mostram as diversidades culturais e, ao mesmo tempo, fortalecem uma identidade em comum, importantíssima para o Estado que consolide a unidade nacional.

A cidade de Bissau, nesse período, acolhe manifestações populares acompanhadas de grandes festas e desfruta dos ritmos dos tambores e *bombolum*. Os artistas fazem apresentação em carros alegóricos. Com efeito, a dinâmica da cidade muda completamente, as cores e as luzes iluminam as ruas de Bissau e a cidade recebe novas pessoas, que, na sua maioria, saem de diferentes regiões do país para prestigiar o carnaval de Bissau. A cidade de Bissau também recebe estrangeiros. Segundo Andrzej Kowalski (2002), no carnaval de cidade de Bissau, há um grande desfile, que é realizado nas principais avenidas de capital, e existem inúmeros pequenos desfiles paralelos. Contudo, acrescenta com entusiasmo, é uma desbunda completa, mas organizada, em que há uma grande etnização do carnaval.

No carnaval, a criatividade artística é exposta ao ar livre. A festa é composta por vários momentos de dança, música, costumes e fantasias (vestuários), mas também a festa conta com gastronomias, as *Barakas* proporcionam comidas típicas do país como: Caldo de Mancara, Caldo de Chabeu, Cuscuz de milho, Peixe seco, *Sigá* e muita bebida. A cidade de Bissau, durante o carnaval, proporciona muitas atrações, no caso das conferências, exposições, concursos de gastronomia, desfile de grupos, animação artísticas e lutas tradicionais.

No carnaval, vemos as pessoas andando de pés descalços, a *saia bijagós*, as meninas usando óleo de palma em todo o corpo, principalmente, entre as que fazem parte da competição. A espontaneidade das pessoas está na criação de suas personagens, colocando os seus trajes, o *pano de pinte*, e apresentam as suas danças. O carnaval ocorre, aparentemente, de forma livre e sem distinção social, racial ou etnia.

Os *Nturudu*, figuras fantasmagóricas (máscaras gigantes), têm grande significado no carnaval e são destaque da festa. Para Guillet (2014, p. 01), “as máscaras são assustadoras, outras são coloridas, mas estas obras gigantes são verdadeiras obras de arte”. As máscaras são utilizadas, muitas vezes, independente de estilo ou representações, com o propósito de passar uma mensagem; elas são produzidas e apresentadas ao público de forma espontânea.

Porém, existem máscaras que são feitas para o concurso (competição). Tanto as máscaras do público, quanto as máscaras produzidas para o desfile são chamadas de *Nturudu*. Os desfiles das máscaras coloridas percorrem as principais avenidas de Bissau. As máscaras gigantes, muitas das vezes, possuem formatos diferentes, que podem ser seres fictícios, como monstros; ou reais, como heróis nacionais, ou apenas animais, artefatos da cultura e etc. As máscaras de carnaval são produzidas de diversas técnicas, entre elas o empapelamento, passadas de brincantes mais velhos para os mais novos. Para Sofia Rodrigues (2013), as máscaras gigantes, feitas de lama e pasta de papel, vestiram de novo pessoas e fizeram renascer o velho Entrudo guineense.

No carnaval da Guiné-Bissau, existe espaço para as crianças. Na cidade de Bissau, também é organizado anualmente o “carnaval infantil”, que é o desfile das crianças de diferentes jardins e escolas infantis do país. Ser um espaço de diversidade cultural continua sendo a marca das apresentações, proporcionando às novas gerações esse envolvimento cultural em que a diversidade faz parte de uma identidade comum. Assim, neste evento, podemos encontrar danças tradicionais, recitação de poesias e a palavra de ordem de bem-estar das crianças guineenses.

Figura 2: Carnaval infantil na Guiné-Bissau



Fonte: Jardim... (2011).

Na cidade de Bissau, o carnaval é considerado nacional. Nele, é realizado um grande concurso denominado de desfile nacional, que reúne representações das diversas regiões e também dos diversos bairros da cidade. O governo guineense é o idealizador e um dos patrocinadores do evento. No desfile nacional, a cidade de “Bissau e as restantes oito regiões do país trazem até nós os seus melhores trajes tradicionais, os melhores músicos, as melhores danças que entram num concurso que culmina na entrega de um prémio monetário ao melhor grupo” (PINTO, 2017, p. 01). A festividade é promovida pela secretaria do Estado ligada à área de cultura e turismo. A competição é dividida em três diferentes categorias premiadas: o melhor grupo, o melhor *Nturudu* e a melhor rainha. A entidade oficial escolhe o tema do ano e estipula as normas para o evento. Nesse sentido, os grupos se organizam de forma independente para participar no desfile, usando recursos próprios. As classificações dos grupos se dão, primeiramente, em nível regional e do setor autônomo de Bissau. Os grupos classificados para participar do evento têm como responsabilidade organizar suas apresentações, de acordo com o tema do carnaval. Em 2013, por exemplo, o pronunciamento oficial sobre alguns dos critérios elencados para a participação dos grupos no desfile estipulou que:

A direção-geral da Cultura não quer que a Guiné deixe de ser palco do maior Carnaval de África e quis trazer de volta as máscaras tradicionais das décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Gigantes e coloridas, representam os símbolos e rituais das mais de quarenta etnias do país. Ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, para participar no concurso de máscaras não é necessário ter uma rainha, vestes tradicionais, música e coreografia. Para desfilar no cortejo do Sector Autónomo de Bissau (onde participam nove bairros), cada grupo tem de ter pelo menos cem pessoas e trinta máscaras de grande porte com cerca de dois quilos e mais de um metro (RODRIGUES, 2013, p. 01).

A escolha dos enredos e das músicas é de responsabilidade dos grupos. Não existe um critério de participação, como, por exemplo, origem étnica ou *status* social. As máscaras, os trajes dos elencos dos grupos e os pequenos carros alegórico devem estar em

conformidade com o lema do carnaval, que serve também de critério de avaliação. Os juris do concurso de carnaval levam em conta originalidade, inovação, criatividade, expressividade e identidade.

O carnaval em Guiné-Bissau tem uma conotação muito forte com a política, bem como com a exaltação da diversidade nacional e da unidade nacional. Se observarmos os temas escolhidos entre 2010 e 2017, percebemos como o carnaval exalta a cultura, a paz e o desenvolvimento:

Quadro 1: Temas de carnaval de Guiné-Bissau (2010 – 2017)	
Ano	Tema
2010	Carnaval de Unidade nacional Paz e Desenvolvimento.
2011	Carnaval de reconciliação nacional, Paz, Reforma e Desenvolvimento.
2012	Carnaval para promoção da cultura de Paz e de Desenvolvimento.
2013	Integração Sub-Regional e Valorização da Diversidade Cultural.
2014	Consolidação da Paz e a Promoção da Inclusão Social nos Países de África Ocidental.
2015	Carnaval da Salvaguarda da Memória Coletiva,
2016	Resgate e valorização da nossa cultura: Guiné-Bissau terra de “ <i>Nturudu</i> ”
2017	Cultura como Fator de Inserção Social e Económica
2018	Não houve o concurso

Fonte: Resultado da pesquisa.

O carnaval de 2017, com o tema “Cultura como Fator de Inserção Social e Económica”, contou com 11 grupos de diferentes regiões do país e alguns grupos da cidade de Bissau. O vencedor entre os grupos foi o bairro de chão de Papel/Varela; na segunda posição, ficou a região de Cacheu; e a região de Biombo ocupou a terceira posição. Na categoria “Rainha do Carnaval 2017”, foi a vez de região Biombo ocupar a primeira posição, enquanto a região de Quinará ocupou a segunda e o grupo do bairro de Chão de Papel/Varela ficou em terceiro.

Sabemos que o carnaval é uma prática razoavelmente antiga; no entanto, nenhuma pesquisa mais aprofundada traz referências precisas sobre o seu início. Diferente de Angola, cuja produção ainda incipiente já aponta o início dessa festa popular vinculada à presença dos jesuítas em Luanda desde 1620 (MARZANO, 2016), em Guiné-Bissau não existe nenhuma produção acadêmica nesse

sentido. Como é possível ver nas referências estudadas sobre o carnaval de Angola, a cada período histórico, a festividade muda sua organização, seus objetivos e sua utilização pública,³ o que nos leva a crer que não seria diferente em Guiné-Bissau. Segundo Rodrigues (2013), o primeiro desfile nacional de carnaval na Guiné-Bissau foi em 1979. Essa data tem mais a ver com a independência e a promoção da cultura nacional, do que com uma origem desse tipo de festa profana.

Atualmente, o carnaval de Guiné-Bissau apresenta multiplicidade étnica que é de raiz local e as manifestações ultrapassam a capital de Bissau. Segundo Christoph Kohl (2011), o carnaval tornou-se um símbolo de união de um povo:

[...] a concentração das festividades carnavalescas em Bissau pós-1974 popularizou os festejos entre um grande grupo de migrantes do interior, pois a população da capital tinha crescido visivelmente durante e após a guerra de independência. Essas pessoas, em sua maioria jovens homens e mulheres, continuaram em contato com sua família rural e assim levaram a ideia do carnaval para o campo. Desse modo, o evento se tornou popular no interior. (KOHL, 2011, p. 51).

O discurso oficial do carnaval de Bissau é, sem dúvida, a via de unidade nacional, por meio da diversidade cultural. Segundo José da Cunha, Secretário-Geral da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos (SEJCD), em 2015:

os objetos da cultura material são geradores e portadores por excelência da diversidade cultural de um povo. O carnaval possibilita a promoção e difusão dos artefatos da cultura material impregnados na nossa tradição multicultural, é um espaço livre de maior demonstração de valores culturais do nosso país” (GOVERNO..., 2015, [s.p.]).

3 Por exemplo, em 1978, o presidente de Angola, Augustinho Neto, reavivava o carnaval que estava parado, devido à proibição colonial de 1961, transformando-o em uma festa cívica. Sua data passa para o dia 27 de março, em memória da expulsão da África Sul, em 1976. Segundo BIRMINGHAM (1991), com isso, Agostinho Neto transformava o carnaval em “religião do povo”.

Notamos que o Secretário-Geral da SEJCD procura valorizar não apenas a diversidade cultural, mas também está enfatizando a unidade nacional. No carnaval de Bissau, existe todo um aparato sistematizado, elaborado e planejado por de trás do livre e do espontâneo.

4 Identidade nacional

A identidade nacional é um produto da sociedade e deriva de uma construção histórica, calcada em um processo educacional, não apenas de maneira formal, mas também se utilizando de outros artefatos para proporcionar o amor à pátria aos cidadãos. Os homens são seres sociais e as suas práticas se constituem em um processo dinâmico. De acordo como John Thompson (2011), a vida social dos homens se constitui por meio dos objetos e fatos que ocorrem no mundo, ou seja, as práticas humanas são objeto das ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos. As ações dos sujeitos se expressam através desses artefatos, os quais procuram entender a si mesmos e aos outros pelas interpretações das expressões que produzem e recebem.

O estudo sobre a identidade é vasto, é um campo de conhecimento cheio de intersecções e interdisciplinaridades. A identidade é uma invenção, ou seja, é socialmente construída, um produto social que se constitui de forma complexa e conflituosa. A identidade não é homogênea; ela é fragmentada, é um conjunto de atributos relacionado a um grupo de pessoas, que, de certa forma, possui uma crença de pertencimento entre si, mas não se conforma com todas as opiniões, nem os possíveis símbolos que atravessam esse pertencimento. Quando um indivíduo ou um grupo afirma ser pertencente a uma dada identidade, ele se diferencia dos restantes, através do estatuto, da função, da vocação, das “doações” específicas, mas com base numa experiência comum (AMSELLE; MBOKOLO, 2014). E é a experiência comum que cria a ideia de grupo, de comunidade, em última análise de nação.

O conceito de identidade é central em várias questões teóricas e políticas, principalmente, em relação à etnicidade, ao

nacionalismo e a demais categorias que se referem ao pertencimento. Geralmente, a identidade nos ajuda a fazer a distinção entre as pessoas ou grupos, possui característica de inclusão e exclusão e cria fronteiras com base na avaliação comparativa. Para Gilberto Velho (1994), a memória e o projeto nacional possuem um significado importante no processo de constituição de identidade, permitindo uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória.

O termo identidade torna-se um elemento significativo nos conflitos contemporâneos envolvendo diferenças culturais, étnicas, religiosas, “raciais” e “nacionais”, que procura evidenciar os usos políticos feitos com base nas identidades (GILROY, 2007). A identidade fornece ao indivíduo significado, objetivo de vida, valores, crenças etc., mas também pode congelá-lo em uma determinada política pública ou em um determinado estereótipo. Assim, podemos auferir que a memória nacional fornece amarras ao passado, baseado nos mitos e nas narrativas produzidas pela educação do Estado, que, por sua vez, vai produzindo significados para o cotidiano do indivíduo.

A complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderna criam, de forma densa, as relações entre diferentes culturas e a possibilidade de choque entre culturas. Atualmente, a identidade é cada vez mais moldada pelo mercado, modificada pelas indústrias culturais, além de ser gerenciada e orquestrada por instituições e cenários localizados, como escolas, vizinhanças e locais de trabalho (GILROY, 2007). Por isso, a atuação do Estado, seja no planejamento do Carnaval, seja em qualquer política pública, implica diretamente em manipulação das identidades de grupo e da identidade nacional.

Desde os séculos XVII e XVIII, em muitos países da Europa, o termo “nação” passou a aludir a uma população quando sintetizada em uma identidade coletiva (CATROGA, 2008) e, ao longo do tempo, vem ganhando diferentes significados. Atualmente, o termo nação é associado ao Estado e é usado como base para criar união entre diferentes povos, que nasceram ou habitam um território comum, que vivem sob regras de convivências comuns, possibilitando um sentimento de pertencimento entre os sujeitos

desse território. Ou seja, o Estado é a integração de diferentes grupos sociais, cuja maioria de seus membros possui sentimento de pertença e se refere a um aparato estatal compartilhado dentro de um território designado. Já uma nação é tida como uma entidade política e se constitui de forma imaginada, uma nação não necessita obrigatoriamente de um Estado próprio. O Estado-nação, portanto, compartilha os dois conceitos, o primeiro baseado no território e o segundo, na entidade imaginada.

Para Moema Augel (2007), o território cria um espaço concreto, físico enquanto o conteúdo místico e o sentimento sagrado criam um espaço abstrato. Nas palavras da autora:

[...] a história comum e o passado compartilhado nacionalizam um espaço geográfico e preenchem o território (nacional) de conteúdo mítico e de sentimentos sagrados. Não somente as personalidades fundadoras são celebradas como heróis, também a natureza da terra natal é tema recorrente. (AUGEL, 2007, p. 277)

Esse espaço abstrato, criado pela mística e sacralidade de um território, é denominado por Benedict Anderson (2008), em diferentes contextos, de “comunidade imaginada”. Para esse autor, o conceito da nação tem uma relação entre a identidade e o território. A nação não se constitui por ter uma autenticidade, mas se forma através de um projeto imaginário, construído por um grupo de homens letrados – para manter o termo da época (ANDERSON, 2008). Os membros de uma nação, de alguma forma, têm em mente a imagem viva de pertencimento a uma comunidade. A nação é imaginada como uma comunidade, porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, ela sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal.

Nesse mesmo caminho, Hobsbawm (1990) procura conceitualizar a palavra nação nesse contexto atual, trabalhando as palavras “pátria” e “Estado”. Os conceitos de nação e de pátria contêm origens e significados diferentes, mas, em certos momentos, cruzam-se entre si. A pátria, no seu sentido mais literal, remete à terra dos pais ou à terra dos ancestrais, com a qual um grupo

social se identifica e à qual é fiel. O termo pátria possui valor cívico e ideológico forte de pertencimento e de união a uma dada comunidade. Para Eric Hobsbawm (1990), antes de 1884, a palavra nação significava simplesmente o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino. No entanto, atualmente, a palavra nação é tida como um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum e também o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerado como um todo.

O conceituado sociólogo jamaicano Stuart Hall (2006) analisa a crise na pós-modernidade e discute as fragmentações e modificações da identidade cultural dos indivíduos na sociedade globalizada. Para Hall (2006), as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e se constituem socialmente através de representações. A nação não é apenas uma entidade política, mas também é algo que produz sentido em um sistema de representação cultural. Os indivíduos, além de pertencerem a uma dada nação, participam na construção desse imaginário, que é a cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e isso explica o seu poder na criação de sentimento de identidade e lealdade.

Hobsbawm (1990) expõe o que seria uma comunidade imaginada, por meio da ideia de construção de interesses comuns, subordinados a um poder central:

A nação é uma comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo (HOBSBAWM, 1990, p. 28).

Como sendo uma entidade política, o sentido da nação é influenciado, muitas vezes, por grandes eventos políticos. O exemplo concreto é o colonialismo em África, que originou a criação de várias nações, entre elas a guineense, e levou a transformações sociais e culturais dos autóctones que ali viviam. Segundo Bartolomé (2006), a situação colonial balcanizou o território dos

autóctones num processo de reorganização social radical, criando uma nova unidade sociocultural e possibilitando o surgimento de um novo tipo de relação e de convivência.

Para que exista identidade nacional, deve haver interesse em defendê-la, ou seja, autoproclamar as práticas identitárias, criando espaços de livre expressão das culturas populares, como o caso de carnaval na Guiné-Bissau. Não é a etnia que vai provocar expressões de etnicidade, não é a nação que vai criar a nacionalidade, mas sim, é a existência de pessoas que sintam uma etnicidade ou nacionalidade que vai desenhar a comunidade étnica ou nacional (CAHEN, 2001). No entanto, esse sentimento que as pessoas criam para com o Estado-nação é forjado por esse poder hierarquizante, que necessita do povo e da nação para existir.

A identidade nacional se constitui como uma unidade de certa forma frágil, na medida em que não está isenta das divisões, dos diferentes jogos de poder e das contradições. Nesse sentido, a inclusão social dos sujeitos nacionais para além de suas características religiosas ou étnicas passará a ser fundamental no fortalecimento da ideia de pertencimento. É bom que haja trocas benéficas entre as políticas públicas e os governados, para que os indivíduos se identifiquem e se sintam parte de um todo.

A identidade de um povo, a etnicidade, não deve ser buscada na originalidade de seus traços culturais, mas na capacidade desse povo para gerar sentidos sociais e políticos que o unificam na luta para definir sua razão de ser como povo (BARTOLOMÉ, 2006 *apud* ZAMBRANO, 2000). Deste modo, deve existir necessidade de compartilhamento das memórias individuais e grupais num processo dinâmico de ressignificação dos símbolos.

5 Conclusão

A identidade nacional, no caso da Guiné-Bissau e de outros países africanos e latino-americanos, funciona como um conjunto de crenças e representações simbólicas que visa a unir diferentes povos dentro de um mesmo território.

Na Guiné-Bissau “o forte compromisso dos guineenses com a nação foi amplamente fomentado pelo movimento de

independência do PAIGC” (KOLH, 2011, p. 62). O PAIGC, com modelo de unidade e diversidade, empenhou fortemente a união e a coesão nacional, desencadeou a luta de libertação nacional. Para Amílcar Cabral (2011), o movimento de libertação, além da sua ação política pela busca da independência, também possibilita a confluência, em termos culturais, das diversas categorias sociais disponíveis, transformando-as na força cultural nacional. O sucesso da luta de libertação possibilitou a tomada da independência e o novo Estado surgiu com a obrigação de construir uma nação. No entanto, a luta nacional possibilitou a unidade de diversos grupos sociais no território da Guiné-Bissau para uma só causa, a libertação do jugo colonial, que se tornou legenda nacional.

A luta armada de libertação implica, portanto, uma verdadeira marcha forçada no caminho do progresso cultural (CABRAL, 2011). Para Amílcar Cabral (2011), a construção da unidade nacional implicava diretamente a existência da diversidade cultural. A cultura residiria na maneira como os camponeses cultivam a terra e, portanto, nela e por ela produzem. Mesmo com a diversidade na unidade, depois da independência, o país passou por muitas dificuldades econômicas, que afetaram de forma direta essa unidade e a maneira de pensar as culturas.

Para entender o significado de identidade nacional na Guiné-Bissau, devemos lembrar que o movimento de libertação nacional conseguiu, de certa forma, alcançar um sentimento de pertencimento dos diferentes grupos étnicos que passaram a constituir a nação guineense. Segundo Kohl (2011), com o discurso hegemônico de unidade nacional na diversidade étnica do novo Estado, as identidades étnicas foram consideradas como de importância subalterna. A etnicidade foi relegada a uma esfera cultural não propriamente política, talvez diluída no papel político cultural. Por isso, é pertinente perguntarmos: será que as culturas étnicas são instrumentalizadas nesse contexto de construção de uma cultura nacional?

No contexto de construção nacional da Guiné-Bissau, a partir de um Estudo prévio, a identidade coletiva, muitas vezes, é tratada pelos cidadãos como algo de pouca fonte cultural, mais como uma marca territorial e política. A maioria se sente mais parte da

unidade do grupo étnico do que da unidade política. No entanto, Amssele e M'Bokolo (2014) entendem que a etnia é resultado de uma classificação prévia que está fora do âmbito do pertencimento do grupo, o que aumenta a complexidade da discussão. Sobre isso explicam que:

Na qualidade de substrato passivo do discurso etnográfico, a etnia substitui os atores efetivos (por exemplo, as unidades políticas) colocando fora de âmbito, retirando-os do cenário. Eis a razão pela qual o grau de adaptação da perspectiva étnica é mais elevando em sociedade ditas “acéfalas” ou “segmentárias” onde não é possível identificar com facilidade cada ator coletivo permanente e distintivo. Ao contrário do povo ou da nação, produto de uma história, a etnia constitui efetivamente o resultado de uma operação de classificação prévia (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 91).

Para os autores, a etnia, muitas vezes, representa mais uma classificação etnográfica do que uma identidade coletiva. Por consequência, isso significa pensar que os estereótipos, as qualidades, as funções sociais atribuídas a uma etnia num determinado país podem ser apenas construções do aparelho do Estado, que imagina as fronteiras das tradições e das culturas, para, assim, hierarquizá-las e direcioná-las, conforme seus interesses. Segundo Mamdani (2016), existem a identidade cultural e a identidade política, tanto uma quanto a outra são étnicas. A diferença é que a primeira se constitui a partir dos ritos e hábitos cotidianos propriamente do grupo, dinâmicos e, por isso, mutáveis. A segunda é caracterizada por uma cristalização de determinadas práticas e hábitos que servem de base para a construção das diferenças de tratamento diante do bem-estar da população. O Estado instrumentaliza as identidades étnicas, sim. No caso da Guiné-Bissau, uma dessas formas é valorizando os vários rituais, celebrações, todas como expressões das culturas nacionais, aparentemente, sem distingui-las. Um estudo mais aprofundado poderia auferir sobre os silêncios simbólicos dos resultados do concurso de carnaval.

Como tínhamos mencionado, a Guiné-Bissau se constituiu através das diversidades étnicas, que, ao longo do tempo, passam a ser ofuscadas pelo discurso nacionalista do próprio carnaval,

enquanto a representatividade política ganha um lugar definido, tal qual a identidade política explicada por Mamdani (2016). Isso explica, porque, na maioria das vezes, o povo não se sente representado por autoridades nacionais.

Para Cahen (2001), o sentimento de pertencimento torna imperativo, na criação do imaginário, integrar-se a uma unidade nacional, carregando suas próprias tradições culturais, a partir de suas próprias demandas, carências, desejos e projetos. Para que exista sentimento de pertencimento, as autoridades devem levar para essas populações vantagens sociais, ou seja, algo em troca; caso contrário, o próprio Estado provoca reações antiestatais. Em outras palavras:

[...] se rompemos de vez com o fetichismo do Estado, com uma “invenção” da nação feita só pela elite, se centrarmos a análise nos factos de consciência, qual a diferença entre nação e etnia? Pois não há! Aqueles que atacam o conceito de etnia, em favor do da nação, « moderna », « democrática », de « cidadania », paradoxalmente continuam a dar a etnia a antiga definição biológica, quase sinónima da de raça. [...] O que serve, concretamente, para oprimir outras identidades (CAHEN, 2001, p. 133).

Nesse caso, a etnia realmente é uma retórica, tal qual Amselle e M’bokolo (2014) sugeriram.

O debate sobre identidade nacional e identidades étnicas vem desde os anos 50 do século XX e ainda permanece sem respostas – são estudos focais como este que podem trazer luz sobre o tema. Voltando aos anos de independência, podemos notar que esse debate já causava incômodo. A política de Amílcar Cabral, líder carismático do PAIGC, não era apagar as identidades étnicas, tendo usado, pelo contrário, essa identidade como base para a constituição da identidade nacional. Ou seja, Cabral não considerava a etnicidade um problema em si mesmo, mas acreditava que ela poderia se tornar um problema se fosse explorada por oportunistas interesseiros.

De alguma forma, a presença da etnicidade no discurso político evidencia o que Amselle e M’Bokolo (2014) apontam: uma

proposição identitária externa ao próprio grupo cultural, que pode ser utilizada de várias maneiras pelo Estado. O esforço da PAIGC, desde a sua fundação até os governos mais atuais, de certa forma, se consolida no carnaval, ao utilizar as etnicidades como elementos constitutivos da unidade nacional, ao reafirmá-las no contexto de competição lúdica por meio dos concursos e ao criar entre elas um vínculo através das temáticas nacionalistas propostas a cada ano. Se não há integração nacional, de maneira que toda a população tenha as mesmas oportunidades, que as fronteiras territoriais do Estado sejam defendidas pelo imaginário da nação guineense. Se, politicamente, Guiné-Bissau é um Estado instável e, economicamente, fraco, que a sua identidade nacional se concretize nas festividades.

Guiné-Bissau é um país que passou por muitas dificuldades e, desde a sua fundação, vem sofrendo com muitas instabilidades governativas e econômicas. Esses acontecimentos afetam sentimentos de pertencimento e criam deformidades nas relações entre etnias. As instabilidades políticas prejudicam o desenvolvimento econômico do país, empurrando-o cada vez para mais longe da consolidação da democracia, que precisa desse sentimento de pertença ativado.

Os líderes nacionais “voltaram para traços culturais originalmente crioulos, tais como o Crioulo, *manjuandadis* e o carnaval, que por consequência se espalharam por toda a Guiné-Bissau” (KOHL, 2011, p. 47). Depois da independência, a língua crioula tornou-se importante, passou a ser a língua da unidade nacional, um elo de ligação entre diferentes grupos étnicos. Para Kohl (2011, p. 48), “dessa maneira, [o crioulo] foi transformado de uma língua comercial em uma língua de resistência e liberação e unidade nacional”. Vários discursos políticos foram introduzidos no cotidiano dos povos bissau-guineenses, como instrumentos para a construção da ideia de memória e de história em comum.

Podemos inferir, ao fim e ao cabo, que o Carnaval de origem europeia foi transformado, no período pós-independência, de um espaço de celebração dos colonos em um espaço de celebração das culturas locais, que forjam a cultura nacional, seguindo o

mesmo caminho que a língua crioula, como apontado por Kohl (2011). Sendo assim, a expressão das culturas dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau no Carnaval possibilita criar um espaço de expressão de suas identidades maternas ou nativas e de sua valorização no âmbito nacional, criando, assim, esse sentimento de pertença nacional.

REFERÊNCIAS

AMSELLE, J. L.; MBOKOLO, E. **Pelos meados da etnia**: Etnias, tribalismo e Estado em África. Luanda: Mulemba, 2014.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGEL, M. P. **O desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2007.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: Velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 01, p. 39 – 68, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a02v12n1.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.

BIRMINGHAM, D. Carnaval em Luanda. **Análise social**, Lisboa, v. XXVI, n. 111, p. 417 – 429, 1991. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038982C6wMI2dc8Gb56EW4.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2019.

CABRAL, A. **Libertação nacional e cultura**. Textos coordenado por Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Edições 70, 2011.

CAHEN, M. Lusitanidade, “lusofonidade” e modernidade: Um mergulho nos conceitos de identidade e de nação. **Espiteme**, Porto, n. 5, p. 123 – 149, 2001.

CATROGA, F. **Pátria, Nação, Nacionalismo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

DIREÇÃO-GERAL da cultura diz não a carnaval fora do período da festividade. **Notabanca**, [on line], 08 jun. 2018. Disponível em: <<https://notabanca.blogspot.com/search?q=carnaval>>. Acesso em: 26 out. 2019.

DJALÓ, T. **O mestiço e o poder**: Identidades, dominações e resistências na Guiné. Lisboa: Nova Veja. 2013.

GILROY, P. **Entre campos**: Nações, cultura e o fascínio da raça. Tradução de Celia Maria Marinho de Azevedo et al. São Paulo: Annablume, 2007.

GOVERNO lança projeto “Carnaval da Salvaguarda da Memória Coletiva 2015”. **O Democrata GB**, [on line], 09 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.odemocratagb.com/?p=3081>>. Acesso em: 26 out. 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUILLET, J. Carnaval na guiné. **Nossa avenida**, [on line], 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://nossaavenida.wordpress.com/2014/12/16/o-carnaval-na-guine/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tadeu da Silva G. Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JARDIM infantil SOS Bissau no topo de classificação do Carnaval 2011. **Aldeias de crianças SOS**, [on line], 4 mar. 2011. Disponível em: <<http://aldeiasosguinebissau.blogspot.com/2011/03/aldeia-infantil-sos-bissau-no-topo-de.html>>. Acesso em: 26 out. 2019.

KOHL, C. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 39 – 71, 2011.

KOWALSKI, A. Carnaval na Guiné: uma grande “desbunda” multiétnica. **Cenaberta**, Lisboa, 01 jun. 2002. Disponível em: <http://www.cenalusofona.pt/cenaberta_old/carnaval.htm>. Acesso em: 19 jul. 2018.

M'BUNDE, T. S. **As políticas externas brasileira e chinesa para Guiné-Bissau em abordagem comparativa (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MAMDANI, M. **Entendendo a violência política na África pós-colonial**. Brasília: FUNAG, 2016

MARZANO, A. Nossa dança, nossos pais, nossos filhos: Apontamentos para uma história social do carnaval luandense. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n. 2, p. 67 - 88, 2016.

PINTO, R. O Carnaval na Guiné Bissau. **BIRD Magazine**, Lisboa, 6 mar. 2017. Disponível em: <<https://birdmagazine.blogspot.com/2017/03/o-carnaval-na-guine-bissau.html>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

RODRIGUES, S. da P. O maior Carnaval de África. **Diário de Notícias**, Lisboa, 16 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.dn.pt/revistas/nm/interior/o-maior-carnaval-de-africa-3057112.html>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

ZAMBRANO, C. V. Mito y etnicidad entre los Yanaconas del macizo colombiano. **Mitológicas**, Buenos Aires, v. XV, n. 01, p. 19 – 36, 2000.